

## 4 Considerações finais

Esta dissertação tomou como objeto de pesquisa a educação por reconhecer que as escolas públicas são instituições com um poder mobilizador capaz de colaborar na coesão social de cidades como o Rio de Janeiro.

No capítulo 1, buscamos apresentar as transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas a partir da segunda metade do século XIX, causadas pela crescente autonomia da esfera econômica. O fenômeno da desmodernização provocou o declínio do poder mobilizador do Estado e o enfraquecimento das funções sociais de instituições, como as escolas públicas. O caráter socializador da escola, neste novo contexto, está esvaziado e seu alicerce republicano não encontra espaço dentro das novas demandas sociais controladas pela esfera econômica.

Com o processo de desinstitucionalização das escolas públicas, a participação parental assume o papel de um dos protagonistas no sistema educacional. A parceria da escola com a família, apesar de ser fundamental, transformou-se, segundo Pedro Silva (2003), em uma relação “cosmética”, incentivada pelo Estado como forma de controle social. O sociólogo português afirma que o incentivo de participação parental nas escolas públicas é fruto da estratégia de um Estado que sofre com a crise de sua legitimação social. O autor propõe que seja realizada uma reflexão para além da homogeneidade que descreve as famílias das classes populares.

Deslocando a questão “o que são os pais?” para a questão “quem são os pais?” o autor propõe uma clivagem sociológica das famílias que respeite suas classes sociais, etnia, gênero, território de moradia, religião, etc.

Nesse contexto, Néstor López (2009) afirma que a difícil tarefa em compatibilizar a igualdade de resultados respeitando a diversidade das famílias somente é possível na medida em que a questão é refletida a partir da diferenciação na representação dos docentes entre o aluno real e o aluno ideal.

Como citado anteriormente, após a década de 1980 o debate escolar visa à discussão por uma educação equitativa.

A escola deve refletir sobre seu plano pedagógico na igualdade de resultados considerando as desigualdades existentes entre seu corpo docente, reconhecendo as peculiaridades sociais de cada território. Além de conhecer a realidade do aluno, a escola deve se preparar para levar em conta as lógicas socializadoras do local de moradia do corpo discente.

O sociólogo argentino afirma que o que está em jogo não é a questão da capacidade do aluno em aprender e sim a capacidade do aluno em adaptar-se ao sistema educativo. O conceito de educabilidade de Lopéz leva em conta quais são as atitudes capazes de aumentar as possibilidades de sucesso do aluno dentro do sistema educativo. De um lado, é necessário analisar quais são as predisposições necessárias, oferecidas pelas famílias, para que os alunos, ao ingressarem na escola, tenham capacidade de acompanhá-la com êxito e; de outro, quais são as competências exigidas pela escola para que o aluno seja capaz de cumprir as atividades do sistema educativo com sucesso. Para tanto, é fundamental que se conheça o aluno real. Quanto menor a distância entre o aluno real e o aluno ideal maior é a probabilidade de alcançarmos um alto nível de educabilidade.

No capítulo 2, em consideração à diversidade das famílias populares, a atual situação de degradação das escolas públicas populares e a configuração da cidade do Rio de Janeiro, com bairros abastados dividindo seu território com favelas, apresentamos os resultados da pesquisa realizada por Alves, Franco e Ribeiro (2009) que apontam para um risco maior de defasagem idade-série entre os alunos moradores de favelas que estudam em escolas localizadas em bairros abastados. Uma realidade segregacionista incorporada pelas escolas públicas que não conhecem a realidade de vida social de seus alunos. Ressaltamos ainda que a existência de uma economia informal no interior das favelas pode representar um dos fatores de aumento do risco de evasão escolar.

Nesse sentido, este trabalho procurou articular a literatura nacional e internacional ao *survey* realizado em 2010, a fim de refletir sobre o papel social das escolas públicas atuais e sua relação com as famílias dos estudantes, segundo as perspectivas dos pais/responsáveis pedagógicos de 323 alunos da classe

popular. Exploramos os dados referentes a seis escolas públicas localizadas no bairro da Gávea, que atendem estudantes moradores de favelas próximas. Reconhecemos os limites em relação ao alcance da pesquisa, contudo, valorizamos as questões levantadas que sugerem a importância que a escola tem na vida das famílias populares pesquisadas.

Compreendemos que o processo de incorporação das classes populares de forma universal nas escolas públicas brasileiras é recente e, portanto, pesquisas que possam colaborar para tornar mais claras as consequências e as relações produzidas, a partir de então, são essenciais para a construção de futuras políticas públicas que colaborem para a (re)construção de uma escola pública democrática.

Os resultados da pesquisa são surpreendentes. A escola está presente no cotidiano das famílias pesquisadas. As famílias desejam participar mais de atividades promovidas pelas escolas, portanto a instituição escolar é uma parte importante em suas vidas, pois talvez represente a única ligação de acesso simbólico à cidade.

Outra questão importante é o fato dos pais/responsáveis perceberem a escola não somente como um meio de mobilidade social, mas reconhecerem que seu trabalho, além de instruir, pode oferecer um conjunto de circunstâncias capazes de ampliar suas expectativas em relação ao projeto de vida de seus filhos. A sua expectativa é, portanto, que a escola além de ensinar também deve educar.

Retomamos o ponto da fragilidade institucional da escola, pois 35% dos entrevistados percebem a falta da função socializadora da escola. Mônica Peregrino (2010) aponta para um processo de desescolarização e degradação das escolas públicas brasileiras, da precarização dos espaços físicos e esvaziamento da sua função educacional, sendo utilizada pelo Estado como “gestora da pobreza”.

A diversificação do público que hoje frequenta a escola pública aliada à fragilidade institucional em um país com uma sociedade tão desigual como a nossa, alimentada por um sentimento de Mixofobia que tende a excluir os “estranhos”, precisa com urgência considerar a participação familiar como um caminho possível para a reestruturação e o fortalecimento da função educacional e

socializadora da escola pública brasileira. Alunos cidadãos em lugar de alunos que simplesmente “habitam” as escolas.

Conhecer a realidade dos alunos é ultrapassar as barreiras dos encontros bimestrais das reuniões com responsáveis. É reconhecer que existem diferenças sociais e culturais dentro do corpo discente da escola. É romper com determinismos ratificados por estereótipos que classificam os alunos que moram em uma determinada favela como sendo um grupo homogêneo.

Supomos que é possível articular ações entre várias instituições sociais a fim de contribuir para condições que garantam uma formação cidadã para os alunos, baseados no comprometimento democrático nos espaços de formação, visando à reflexão sobre a construção dos preconceitos sociais em ambientes escolares.

Nossas conclusões apontam para um grande descompasso entre as expectativas dos pais/responsáveis entrevistados, que valorizam o saber escolar, e a atual degradação do papel e das funções das instituições escolares, portanto, investir em medidas que ampliem a participação das famílias na gestão e no projeto escolar é essencial para que a escola fortaleça seu papel educativo e socializador criando novas formas de luta contra o processo perverso de segregação social.

A questão central da pesquisa foi de discutir o grau de participação dos pais no processo de escolarização de seus filhos e não delegar às famílias a responsabilidade de resgatar as escolas da situação de fragilidade em que se encontram. Reconhecemos, contudo, que a participação parental é parte importante no processo de fortalecimento do caráter socializador da escola pública.

É claro que, sozinha, a escola não é capaz de resolver os problemas sociais, conforme apostava o movimento de otimismo pedagógico nos anos 1990, contudo há a possibilidade de construção de redes sociais entre diversas instituições (Conselhos tutelares, Associação de moradores, Universidades, Secretarias de Educação e Saúde, etc) tornando possível o surgimento de um movimento que lute pelas garantias, por parte de pessoas de classes populares, do

acesso à diversidade cultural e aos bens públicos da cidade, e então poderemos, juntos, construir a tão sonhada escola pública democrática de qualidade.